

ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
Taxa de Localização IPTU	Isenção de Carater não geral	Isenção - MEI	37.457,00	40.086,48	42.243,13	Vide observação abaixo
PL n. 094/2022 IPTU	Isenção de Carater não geral	Isenção - Contribuintes em condição de Fragilidade Social	65.000,00	69.921,52	73.683,29	
	Isenção de Carater não geral	Isenção - Contribuintes com áreas de preservação florestal, de compensação ambiental, de preservação permanente e área não edificante	30.217,00	30.217,00	31.842,67	
TOTAL			132.674,00	140.225,00	147.769,10	-

#VALOR!

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2023 foram projetados de acordo com as ocorrências dos últimos 3 exercícios.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram claculados a partir dos valores de 2022, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2024: 7,02%

Inflação para 2024: 5,38%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 dispostos na Lei n. 3.598/2022 - Lei das Diretrizes Orçamentárias - para o Exercício de 2023, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento ao disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.